

**JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE PLÁSTICOS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores
JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
Jaguariúna - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **Jaguar Indústria e Comércio de Plásticos S.A. (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Jaguar Indústria e Comércio de Plásticos S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- Conforme descrito na Nota Explicativa 7, não nos foi apresentado o relatório de registro de inventário, o que impediu a obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes sobre os valores contábeis dos estoques em 31 de dezembro de 2024, que totalizavam R\$ 70.012.472 (R\$ 46.074.716 em 2023). Assim, não foi possível determinar a correta mensuração dos saldos mencionados e seus eventuais reflexos no resultado do exercício findo nessa data e no patrimônio líquido.
- Conforme descrito na Nota Explicativa 3.7, a Companhia apura o custo dos estoques com base no critério de custo arbitrado, metodologia que, embora permitida para determinação do lucro real para fins fiscais, não é prevista nem permitida pelas normas contábeis vigentes. Consequentemente, a adoção desse critério pode impactar a fidedignidade da mensuração dos estoques e do resultado do exercício, uma vez que não reflete necessariamente o custo real incorrido na aquisição ou produção dos bens.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

VICTOR KINAS DIPPE:07 4729759 23	Assinado de forma digital por VICTOR KINAS DIPPE:0747297 923 Data: 2025.01.10 17:49:26 -03'00'	ALFREDO HIRATA:036687 87867 Assinado de forma digital por ALFREDO HIRATA:036687867 Data: 2025.01.10 17:49:27 -03'00'
--	---	---



Outros Assuntos

Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, que emitimos relatório em 14 de março de 2024, com ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 10 de março de 2025.

ALFREDO
HIRATA:03668
787867

Assinado de forma digital
por ALFREDO
HIRATA:03668787867
Dados: 2025.03.10
17:47:47 -03'00'

ALFREDO HIRATA
Contador CRC(SC) nº 018.835/O-7-T-SP

VICTOR KINAS
DIPPE:074729
75923

Assinado de forma digital
por VICTOR KINAS
DIPPE:07472975923
Dados: 2025.03.10
17:50:15 -03'00'

VÍCTOR KINAS DIPPE
Contador CRC/SC nº 042.319/O-0

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	7.547.795	3.919.777
Contas a Receber de Clientes	6	93.924.662	111.113.526
Estoques	7	70.012.472	46.074.716
Impostos a Recuperar	8	3.842.283	9.642.563
Adiantamentos	6	15.770.762	12.022.066
Despesas do Exercício Seguinte		1.333.367	1.405.201
Total do Ativo Circulante		192.431.341	184.177.849
NÃO CIRCULANTE			
Outros Créditos	6	41.611	41.611
Impostos a Recuperar	8	1.371.848	1.981.425
Despesas do Exercício Seguinte		162.208	843.956
Depósitos Judiciais	9	1.153.276	1.132.637
Propriedade para Investimento	10	37.947.690	37.947.690
Investimentos		2.615	202.615
Imobilizado	11	170.081.717	157.687.552
Intangível		45.701	71.049
Total do Ativo Não Circulante		210.806.666	199.908.535
TOTAL DO ATIVO		403.238.007	384.086.384

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	41.933.680	28.388.787
Empréstimos e Financiamentos	13	60.733.940	52.349.628
Obrigações Sociais	14	12.377.751	11.846.662
Obrigações Tributárias	15	8.561.284	10.948.032
Adiantamento de Clientes	12	3.827.444	3.185.479
Outras Obrigações		6.050.279	15.918.743
Total do Passivo Circulante		133.484.378	122.637.331
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	12	10.644.566	2.418.402
Empréstimos e Financiamentos	13	83.537.419	107.343.254
Obrigações Sociais	14	1.764.347	2.879.566
Obrigações Tributárias	15	5.487.929	9.158.423
Impostos Diferidos	22	24.953.308	24.517.804
Provisão Para Contingências	9	500.745	539.875
Juros sobre capital próprio		5.745.105	-
Total do Passivo Não Circulante		132.633.419	146.857.324
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	16	63.819.600	47.864.700
Reserva Legal	16.1	6.569.434	5.043.255
Reserva de Lucros Retidos		54.734.260	49.533.854
Ajuste de Avaliação Patrimonial	16.2	11.996.916	12.149.920
Patrimônio Líquido		137.120.210	114.591.729
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		403.238.007	384.086.384

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Reais)

	Nota	2024	2023
Receita Operacional Líquida	17	522.941.555	477.187.947
Custos dos Produtos e Mercadorias Vendidas		(382.511.595)	(345.498.145)
Lucro Bruto		140.429.960	131.689.802
<i>Despesas</i>			
Com Vendas	18	(45.381.158)	(43.634.001)
Gerais e Administrativas	19	(41.323.697)	(42.379.289)
Outras Receitas/(Despesas)	20	8.610.181	9.391.903
Total das Despesas		(78.094.674)	(76.621.387)
Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras		62.335.286	55.068.415
Receitas Financeiras	21	5.227.057	9.792.970
Despesas Financeiras	21	(32.245.293)	(38.446.525)
Lucro Antes dos Tributos		35.317.050	26.414.860
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	22	(4.357.960)	(11.856.901)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22	(435.504)	6.474.062
Lucro Líquido do Exercício		30.523.586	21.032.021
Lucro por Ação:		1,91	1,32

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2022	31.909.800	3.991.654	60.364.437	-	12.383.814	108.649.705
Aumento do capital social	15.954.900	-	(15.954.900)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.032.021	-	21.032.021
Constituição de Reserva Legal	-	1.051.601	-	(1.051.601)	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	354.385	(354.385)	-
Realização dos Impostos do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	(120.491)	120.491	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(15.089.997)	-	(15.089.997)
Transferência para reserva de lucros retidos	-	-	5.124.317	(5.124.317)	-	-
Resultado Abrangente Total						5.942.024
Em 31 de dezembro de 2023	47.864.700	5.043.255	49.533.854	-	12.149.920	114.591.729
Aumento do capital social	7.004.895	-	-	-	-	7.004.895
Aumento de capital com reservas	8.950.005	-	(8.950.005)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.523.586	-	30.523.586
Constituição de reserva Legal	-	1.526.179	-	(1.526.179)	-	-
Realização do custo atribuído ao Imobilizado	-	-	-	231.824	(231.824)	-
Realização dos Impostos do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	(78.820)	78.820	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(15.000.000)	-	(15.000.000)
Transferência para reserva de lucros retidos	-	-	14.150.411	(14.150.411)	-	-
Resultado Abrangente Total						22.528.481
Em 31 de dezembro de 2024	63.819.600	6.569.434	54.734.260	-	11.996.916	137.120.210

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	30.523.586	21.032.021
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	16.774.141	15.574.382
Juros sobre empréstimos e debêntures	21.449.343	30.738.695
Variação Cambial	869.749	(440.513)
Provisão para Contingências	(39.130)	(126.927)
Impostos Diferidos	435.504	(7.518.701)
Perda esperada de crédito	1.424.017	-
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	15.764.847	(40.403.319)
Estoques	(23.937.756)	(4.368.804)
Impostos a Recuperar	6.409.857	30.333.672
Adiantamentos	(3.748.696)	(2.343.146)
Outros Créditos	753.582	898.183
Depósito judicial	(20.639)	-
Fornecedores	21.771.057	(8.818.145)
Obrigações Tributárias	(6.057.242)	(92.602)
Obrigações Sociais	(584.130)	(273.061)
Adiantamentos de Clientes	641.965	655.334
Outras Obrigações	(9.868.465)	12.409.238
Juros sobre capital próprio	(9.254.895)	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	63.306.695	47.256.307
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados	(30.055.312)	(37.103.668)
Baixa de investimento em incorporada	200.000	-
Baixa de Ativos Imobilizados	912.355	20.251.168
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(28.942.957)	(16.852.500)
FLUXO DE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de Empréstimos e Financiamentos	44.709.964	113.399.716
(Pagamento) de Empréstimos e Financiamentos	(82.450.579)	(130.194.161)
Aumento de capital	7.004.895	-
Distribuição de dividendos	-	(15.089.997)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(30.735.720)	(31.884.442)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.628.018	(1.480.635)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3.919.777	5.400.412
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7.547.795	3.919.777

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A **Jaguar Indústria e Comércio de Plásticos S.A.** (Companhia) tem como atividade preponderante a fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal, doméstico e industrial; Fabricação de embalagens de material plástico; Fabricação de ferramentas, moldes, modelos e matrizes; Fabricação de produtos Trefilados de metal, exceto padronizados; Fabricação de peças e acessórios para uso em máquinas industriais; Manutenção e reparo de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico; Serviços de instalação e testes de máquinas e equipamentos industriais; Comércio atacadista de resinas e elastômeros; Serviços de rotulagem sob encomenda; Fabricação de móveis de material plástico; Comércio varejista de artigos plásticos para uso pessoal e doméstico; Comércio varejista de artigos para habitação; Comércio varejista e atacadista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; Comércio varejista de outros artigos não especificados anteriormente; outras atividades de serviços prestados principalmente às Companhias; e aluguel de imóveis próprios.

É uma sociedade anônima de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 1978 estão arquivados na Jucesp sob nº 395003627111; e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 48.839.872/0001-74, com sede na cidade de Jaguariúna - SP, Avenida Vincenzo Granghelli, nº 636, Bairro João Aldo Nassif, CEP 13.916-058.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 10 de março de 2025.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e a compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

Como a Companhia efetua o gerenciamento dos riscos de instrumentos financeiros estão detalhados na Nota Explicativa nº 4.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras, todos com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.6 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente, quando aplicável. Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquido de reduções ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

3.7 Estoques

Os estoques de Matéria Prima e Material Secundário são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de impostos recuperados, inferiores aos valores de mercado. Os estoques de produtos acabados são demonstrados ao custo arbitrado (70% do maior preço de venda praticado no exercício), conforme legislação fiscal, artigo 308 do Decreto no 9.580, de 22 de novembro de 2018. Os estoques de produtos em elaboração são demonstrados ao custo arbitrado (150% do maior custo dos insumos adquiridos no período-base sem os impostos recuperáveis).

3.8 Investimentos

Os investimentos em que a Companhia não possui influência significativa na administração são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. Já os investimentos em que a Companhia possui influência significativa na administração são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Propriedades para Investimento

As Propriedades para Investimento estão representadas por terra mantida pelo proprietário para valorização de capital, e não para:

- (a) utilização na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou por propósitos administrativos; ou
- (b) venda no curso normal dos negócios.

No reconhecimento inicial, a Companhia avalia a propriedade para investimento pelo seu custo. O custo de propriedade para investimento comprada abrange seu preço de compra e quaisquer custos diretamente imputáveis, tais como honorários legais e de corretagem, tributos de transmissão imobiliária e outros custos de transação.

A propriedade para investimento, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforço excessivos, é avaliada pelo valor justo a cada balanço com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

3.10 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método da linha reta durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil, pelo método da linha reta.

3.12 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

As propriedades para investimento que a Companhia possui foram mensurados com base no nível 2.

3.13 Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para estas demonstrações financeiras e Companhia concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.14 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, sendo as de longo prazo, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

3.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.18 Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

3.19 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.20 Tributos sobre o Lucro

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.

3.21 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.22 Receita de Contratos com Clientes

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato; (ii) Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; (iii) Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

3.23 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- b) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e estoques;
- c) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,
- d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

NOTA 4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, adotando política conservadora de captação e aplicação de recursos financeiros, primando pela equiparação de indexadores.

• Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

O risco de crédito com as contas a receber é minimizado por um controle estrito da base de clientes e monitorada periodicamente quanto a contas indébitas e atrasos.

• Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

DETALHAMENTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros ao custo amortizado	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.547.795	3.919.777
Contas a receber	93.924.662	111.113.526
Outros créditos	41.611	41.611
Total dos ativos financeiros ao custo amortizado	101.514.068	115.074.914

Passivos financeiros ao custo amortizado	2024	2023
Fornecedores	52.578.246	30.807.189
Empréstimos e financiamentos	144.271.359	159.692.882
Outras Obrigações	6.050.279	15.918.743
Total dos passivos financeiros ao custo amortizado	202.899.884	206.418.814

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa	38.336	55.452
Bancos Conta Movimento	6.470.939	2.874.880
Bancos Aplicação Automática	1.037.395	988.415
Aplicação Financeira	1.125	1.030
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.547.795	3.919.777

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Contas a Receber de Clientes - Interno	92.614.960	108.349.665
Contas a Receber de Clientes - Externo	3.611.284	3.641.426
(-) Provisão Para Perdas Esperadas	(2.301.582)	(877.565)
Contas a Receber de Clientes	93.924.662	111.113.526
Partes Relacionadas ¹	11.365.237	8.855.680
Adiantamentos	4.405.525	3.166.386
Parcela circulante	15.770.762	12.022.066
Adiantamentos	41.611	41.611
Parcela não circulante	41.611	41.611
Total a Receber de Clientes	93.924.662	111.113.526
Total das Demais Contas a Receber	15.812.373	12.063.677
Total Geral	109.737.035	123.177.203
Aging List Contas a Receber de Clientes	2024	2023
Vencidos acima de 1 ano	1.109.825	711.993
Vencidos até 1 ano	5.999.997	5.629.679
A vencer em até 3 meses	70.635.237	80.026.215
A vencer entre 3 e 6 meses	12.698.644	25.304.919
A vencer de 6 meses a 1 ano	5.782.541	318.285
Contas a Receber de Clientes	96.226.244	111.991.091

¹O montante de R\$ 11.365.237 reconhecido como adiantamento de partes relacionadas se refere à Jaguarmold Indústria e Comércio Ltda., que é responsável pela elaboração dos moldes utilizados na produção da empresa.

NOTA 7 – ESTOQUES

	2024	2023
Matéria Prima	46.394.341	30.401.976
Material de Embalagem	5.053.631	4.442.581
Produtos Acabados	10.797.179	6.452.767
Produtos em Elaboração	5.665.680	4.061.103
Subprodutos	2.101.641	716.289
Total dos Estoques	70.012.472	46.074.716

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
Circulante		
ICMS sobre ativo imobilizado	1.998.856	1.615.860
PIS sobre ativo imobilizado	323.635	104.232
COFINS sobre ativo imobilizado	1.487.944	479.615
IPI	1.365	77.421
PIS e COFINS sobre Exclusão ICMS	-	7.335.319
Outros	30.483	30.116
Total Circulante	3.842.283	9.642.563
Não Circulante		
ICMS sobre ativo imobilizado	1.371.848	1.981.425
Total Não Circulante	1.371.848	1.981.425
Total de Impostos a Recuperar	5.214.131	11.623.988

A Jaguar já vinha utilizando os créditos de PIS/COFINS sobre a exclusão de ICMS da base de cálculo nas apurações mensais de impostos desde a obtenção de mandado de segurança em agosto de 2018, e contabilizando os ganhos como passivos até a obtenção do trânsito em julgado da ação judicial.

No exercício de 2021 a Jaguar Plásticos contabilizou uma receita no montante de R\$ 18.624.288, a partir do trânsito em julgado do processo de exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS, e após decisão final proferida pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no RE 574.706 / PR que confirmou o total o valor do ICMS constante nas notas fiscais de saída como base para o crédito.

Com o trânsito em julgado, todos os créditos utilizados foram reconhecidos como receita em 31.12.2021, na rubrica de "Outras Receitas e Despesas". Os créditos anteriores a agosto de 2018 foram levantados e reconhecidos no exercício de 2022 no montante de R\$ 31.711.500.

NOTA 9 – Depósitos judiciais e Contingências

Com base na opinião dos assessores jurídicos, existem passivos contingentes de natureza, trabalhista e civil, considerados no geral com probabilidade possível de perda, no montante de R\$ 4.677.274 (R\$ 875.911 em 2023) para os quais não existem provisões constituídas. As contingências constituídas nas demonstrações financeiras referem-se as demandas com probabilidade de perda estimada como provável pelos assessores jurídicos

	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2022	688.926	688.926
Líquido de novas provisões e baixas no exercício	(149.051)	(149.051)
Em 31 de dezembro de 2023	539.875	539.875
Líquido de novas provisões e baixas no exercício	(39.130)	(39.130)
Em 31 de dezembro de 2024	500.745	500.745

Relacionados a estes processos, existem R\$ 1.153.276 (R\$ 1.132.636 em 2023) em valores depositados em juízo.

NOTA 10 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	37.947.690	38.894.000
Ganho (Perda) referente ajuste ao valor justo (Resultado)	-	5.726.690
Baixa	-	(5.460.000)
Perda	-	(1.213.000)
Saldo em 31 de dezembro	37.947.690	37.947.690

As propriedades foram avaliadas a valor justo por meio de laudo elaborado por especialistas, com base nas normas técnicas NBR 14.653-2 e seguindo os parâmetros constantes na NBR 14.653-1.

As Propriedades para Investimentos da Companhia estão a seguir elencadas:

- Fazenda São Judas Tadeu no valor de R\$ 12.883.000 mantida pela Companhia com fins de valorização de capital e obtenção de receitas, onde detém direito à 75% da venda de tudo que for produzido.
- Gleba industrial na cidade de Jaguariúna, com terreno medindo 21.000 m², e área construída de 9.398,76 m², no valor de R\$ 23.706.000, mantida pela Companhia com vistas a valorização de capital e obtenção de receitas de arrendamento.
- Terreno com 600 m², e área construída de 393 m², no valor de R\$ 1.358.690, mantido pela Companhia com vistas a valorização de capital e obtenção de receita de aluguel.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Informática	Benfeitorias	Ferramentas	Imobilizado em Andamento	Importação em andamento	Total
Taxas de Depreciação		3,33%	10%	8% a 10%	10%	20% a 25%	25%	10%	10%			
Saldo Final	-	(710.471)	(1.542.807)	194.334	231.554	351.155	633.291	-	38.411	2.109.655		1.305.122
Em 31 de dezembro de 2023												
Custo	11.736.780	57.456.275	23.371.741	161.087.339	8.887.527	5.740.357	5.625.184	749.061	784.644	5.971.959		281.410.868
Dep. Acum. e Impairment	-	(13.280.642)	(15.328.313)	(82.541.105)	(6.252.487)	(1.126.457)	(3.995.112)	(749.061)	(450.138)	-		(123.723.315)
Valor líquido contábil	11.736.780	44.175.633	8.043.428	78.546.234	2.635.040	4.613.900	1.630.072	-	334.506	5.971.959		157.687.552
Adições		511.152	2.275.823	4.804.371	185.030	1.034.450	446.948		84.755	18.621.946	2.090.837	30.055.312
Transferências		333.426	686.983	5.669.142	120.086		96.702		6.806	(6.913.145)		-
Incorporação												-
Baixas			(114.753)	(559.598)	(4.453)	(219.145)	(13.933)		(473)			(912.355)
Depreciação		(1.422.404)	(2.006.852)	(11.719.847)	(648.565)	(166.442)	(535.946)		(53.866)			(16.553.922)
Depreciação - reavaliação		(207.401)		(77.711)					(48)			(285.160)
Baixas da Depreciação			4.972	21.642	510	61.387	1.778					90.289
Saldo Final	-	(785.227)	846.173	(1.862.001)	(347.392)	710.250	(4.451)	-	37.174	11.708.801	2.090.837	12.394.164
Em 31 de dezembro de 2024												
Custo	11.736.780	58.300.853	26.219.794	171.001.254	9.188.190	6.555.662	6.154.901	749.061	875.732	17.680.760	2.090.837	310.553.825
Dep. Acum. e Impairment	-	(13.385.697)	(17.330.193)	(94.317.021)	(6.900.542)	(1.231.512)	(4.529.280)	(749.061)	(504.052)	-	-	(140.472.108)
Valor líquido contábil	11.736.780	44.915.156	8.889.601	76.684.233	2.287.648	5.324.150	1.625.621	-	371.680	17.680.760	2.090.837	170.081.717

Imóveis em Garantias

- . Terreno e prédio industrial (MAT. 15611 e 15612); e
- . Fábrica Nova - Terreno e imóveis (MAT. 21688)

NOTA 12 – FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
Fornecedores Nacionais	37.972.402	25.619.724
Fornecedores Exterior	3.961.278	2.769.063
Total de Fornecedores Curto Prazo	41.933.680	28.388.787
Adiantamentos de Clientes	3.827.444	3.185.479
Total de Adiantamentos de Clientes	3.827.444	3.185.479
Fornecedores Nacionais	26.179	26.179
Fornecedores Exterior	10.618.387	2.392.223
Total de Fornecedores Longo Prazo	10.644.566	2.418.402
Total a Pagar a Fornecedores	52.578.246	30.807.189
Total de Outras Contas a Pagar	3.827.444	3.185.479
Total Geral	56.405.690	33.992.668
Aging List Contas a Pagar	2024	2023
Vencidos	650.707	1.866.504
A Vencer em 30 dias	34.458.373	20.788.526
A Vencer de 31 a 60 dias	1.887.873	2.220.857
A Vencer acima de 60 dias	15.581.293	5.931.302
Contas a Pagar a Fornecedores	52.578.246	30.807.189
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	2024	2023
Reais	37.998.581	25.645.903
Dolar	14.579.665	5.161.286
Contas a Pagar	52.578.246	30.807.189

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2024	2023
Circulante		
Finame	431.451	600.019
Capital de giro	26.215.457	31.035.419
Financiamento Moeda Estrangeira	8.765.062	-
Consórcio	34.363	34.279
Debêntures	25.287.607	20.679.911
Total do Circulante	60.733.940	52.349.628
Não Circulante		
Finame	643.691	1.065.879
Capital de giro	27.782.496	25.844.301
Consórcio	9.191	43.426
Debêntures	55.102.041	80.389.648
Total do Não Circulante	83.537.419	107.343.254
Total de Empréstimos e Financiamentos	144.271.359	159.692.882
Taxas		
Finame		De 2,5% a 8% a.a
Capital de Giro		12,97% a.a
Consórcio		Taxa Adm. 5%
Debêntures		4,5% a.a
Por Data de Vencimento	2024	2023
Em até 6 meses	27.648.473	25.917.708
De 6 meses a 1 ano	33.085.467	26.431.920
De 1 a 2 anos	42.251.948	41.743.713
De 2 a 3 anos	31.451.792	34.334.872
De 3 a 4 anos	9.833.679	25.000.773
Mais de 4 anos	-	6.263.896
Total de Empréstimos e Financiamentos	144.271.359	159.692.882
Por Tipo de Moeda	2024	2023
Reais	144.271.359	159.692.882
Total de Empréstimos e Financiamentos	144.271.359	159.692.882

Os empréstimos da Companhia são garantidos pelo aval dos sócios e alienação fiduciária. Além disso, existem também imóveis dados em garantia para os empréstimos com o BNDES e Debêntures, conforme descrito na nota 11.

Em 10 de março de 2023 foi realizada ata de assembleia geral extraordinária para aprovação da 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Companhia, para distribuição pública, a serem reguladas por meio do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Jaguar Indústria e Comércio de Plásticos S.A.” (“Escritura de Emissão”), a ser celebrado entre a Companhia, os Fiadores e o Agente Fiduciário. O valor total da Emissão foi de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) em 17 de março de 2023 de acordo com a respectiva escritura. O contrato contém cláusulas restritivas (covenants) que obrigam a manter a relação entre a Dívida Líquida Financeira e o EBITDA da emissora em índice igual ou inferior a (i) 3,0 (três inteiros) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) 2,8 (dois inteiros e oito décimos) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) para os exercícios a partir de 2025 até a data de vencimento, facultando ao banco considerar automaticamente vencida a operação e tornando exigível a dívida.

Os índices relacionados as cláusulas restritivas foram cumpridas no encerramento do exercício desta demonstração financeira.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2024	2023
<u>Parcela Circulante</u>		
Salários a pagar	1.557.356	1.581.221
Pró-Labore	4.115	26.000
INSS a recolher	1.469.713	1.370.625
FGTS a recolher	456.917	504.869
Provisão de Férias e Encargos	6.272.963	5.663.268
Contribuição Sindical a Pagar	5.928	6.237
Provisão de PLR	1.248.949	1.243.756
Outros	246.592	335.468
Total Obrigações Sociais não Parceladas	11.262.533	10.731.444
Parcelamento de INSS	1.115.218	1.115.218
Total Obrigações Sociais Parceladas	1.115.218	1.115.218
Total Obrigações Sociais	12.377.751	11.846.662
<u>Parcela Não Circulante</u>		
Parcelamento de INSS	1.764.347	2.879.566
Total Obrigações Sociais Parceladas	1.764.347	2.879.566
	14.142.098	14.726.228

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
Parcela Circulante		
IRRF	646.040	568.804
IRPJ (Nota 22)	471.107	856.366
CSLL (Nota 22)	12.380	318.086
IPI	841.729	1.244.612
ICMS	1.384.895	2.635.398
ICMS ST	184.512	342.930
Outros	588.129	549.343
Total Obrigações Tributárias não Parceladas	4.128.792	6.515.539
Parcelamento de ICMS	1.337.689	1.337.690
Parcelamento PERT(a)	1.910.940	1.910.940
Parcelamento IRPJ e CSLL	1.183.863	1.183.863
Total Obrigações Tributárias Parceladas	4.432.492	4.432.493
Total Obrigações Tributárias Circulante	8.561.284	10.948.032
Parcela Não Circulante		
Parcelamento de ICMS	-	575.691
Parcelamento PERT(a)	2.824.238	4.735.178
Parcelamento IRPJ e CSLL	2.663.691	3.847.554
Total Obrigações Tributárias Parceladas	5.487.929	9.158.423
Total Obrigações Tributárias	14.049.213	20.106.455

(a) A Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), optando por pagamento da dívida consolidada em até 120 (cento e vinte) prestações mensais.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 63.819.600 (sessenta e três milhões, oitocentos e dezenove mil e seiscentos reais), dividido em 15.954.900 (Quinze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e novecentas) ações ordinárias no valor de R\$ 4,00 cada uma, subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações	Ação R\$	Total em R\$
Vaner Vitor Versori	9.732.489	4,00	38.929.956
Rodolfo Antônio Versori	6.222.411	4,00	24.889.644
Total	15.954.900		63.819.600

Em 20 de maio de 2022 foi aprovada em assembleia geral extraordinária o aumento do capital social da Companhia em R\$15.954.900 com utilização do valor de R\$13.876.736 da conta de Reserva de Lucros sem emissão de novas ações, e R\$2.078.164 correspondente ao patrimônio líquido incorporado da investida Jaguarpack.

Em 24 de novembro de 2023 foi aprovada em assembleia geral extraordinária o aumento do capital social da Companhia em R\$15.954.900 com utilização do de Reserva de Lucros sem emissão de novas ações.

Em 26 de setembro de 2024 foi aprovada em assembleia geral extraordinária o aumento do capital social da Companhia em R\$15.954.900 com utilização do de Reserva de Lucros sem emissão de novas ações.

16.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A Companhia optou por mensurar os itens mais representativos de Terrenos, Edificações, Benfeitorias, Veículos, Móveis, Equipamentos de informática e Máquinas e equipamentos, pelos valores justos, conforme laudo de avaliação de peritos avaliadores independentes, e utilizou esse valor justo como o custo atribuído desses ativos, cuja contrapartida foi reconhecida na conta de ajuste de avaliação patrimonial, líquida dos tributos diferidos. As avaliações foram feitas com base em transações recentes no mercado entre partes independentes.

A Companhia avaliou propriedade para investimento a valor justo, como a propriedade anteriormente era operacional o ganho está reconhecido no patrimônio líquido. Os efeitos desses ajustes, após as respectivas realizações por depreciação e baixa, podem assim ser demonstrados:

	2024	2023
Saldo a Depreciar do Custo Atribuído		
Terrenos	13.357.617	13.357.617
Edificações	2.281.412	2.488.813
Máquinas e Equipamentos	1.564.188	1.588.564
Ferramentas	8.410	8.458
Equipamentos de Informática	(7.251)	(7.251)
Veículos	69.636	69.635
Total Ativo Imobilizado	17.274.012	17.505.836
Ganho com Propriedade para Investimento	5.185.000	5.185.000
Total Propriedade Para Investimento	5.185.000	5.185.000
Total	22.459.012	22.690.836
Tributos Diferidos - Passivo Não Circulante		
Provisão IRPJ	(5.614.753)	(5.672.709)
Provisão CSLL	(2.021.311)	(2.042.175)
Total	(7.636.064)	(7.714.884)
Incorporação Jaguarpack	(2.826.032)	(2.826.032)
Efeito Líquido em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Patrimônio Líquido	11.996.916	12.149.920

NOTA 17 – RECEITA COM VENDAS

	2024	2023
Venda de Produção - Mercado Interno	601.057.747	537.431.573
Venda de Produção - Mercado Externo	17.136.063	16.327.242
Revenda de Mercadorias	83.053.919	80.878.183
Prestação de Serviços	1.432.882	17.554
Receita Operacional Bruta	702.680.611	634.654.552
(-) Devoluções e Impostos	(179.739.056)	(157.466.605)
Receita Operacional Líquida	522.941.555	477.187.947

NOTA 18 – DESPESAS COM VENDAS

	2024	2023
Despesas com Pessoal	(6.072.938)	(5.567.703)
Transporte de Produtos Vendidos	(18.713.315)	(16.976.426)
Comissões sobre Vendas	(6.777.762)	(6.343.458)
Comissões sobre Revendas	(488.565)	(397.262)
Verbas Comerciais	(6.493.712)	(8.747.647)
Propaganda e Publicidade	(1.490.101)	(1.124.469)
Viagens e Estadias	(434.700)	(420.048)
Manutenção e Reparo em Veículos	(401.822)	(322.864)
Provisão para Perdas com Clientes	(1.424.104)	(671.499)
Outros	(3.084.139)	(3.062.625)
Total de Despesas Com Vendas	(45.381.158)	(43.634.001)

NOTA 19 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Despesas com Pessoal	(27.852.477)	(25.093.019)
Pró-Labore	(150.000)	(420.000)
Segurança Patrimonial	(339.235)	(402.194)
Materiais e Serviços de Segurança	(134.035)	(115.796)
Manutenção e Reparos	(2.123.234)	(2.101.032)
Telecomunicações	(170.048)	(159.208)
Energia Elétrica	(344.873)	(335.829)
Manutenção e Reparo de Veículos	(438.910)	(439.772)
Materiais de Higiene e Limpeza	(1.666.430)	(1.489.883)
Assessoria e Consultoria	(1.992.098)	(2.560.092)
Serviços Contratados	(788.282)	(836.034)
Depreciação e Amortização	(2.093.003)	(2.532.990)
Provisão para Contingências	39.130	149.052
Outras despesas gerais e administrativas	(3.270.202)	(6.042.492)
Total Gerais e Administrativas	(41.323.697)	(42.379.289)

NOTA 20 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2024	2023
Receitas de Locação	561.064	2.168.883
Resultado Líquido de Alienação de Ativos	(336.753)	(300.921)
Compensação de créditos INSS	1.012.198	-
Venda de sucatas	3.001.215	2.468.386
Bonificações	5.297.876	5.285.429
Outras Receitas/(Despesas)	(925.419)	(229.874)
Total Outras Receitas e Despesas	8.610.181	9.391.903

NOTA 21 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2024	2023
Rendimento de Aplicação Financeira	79.133	779.106
Descontos obtidos	2.377.638	81.333
Juros Recebidos	1.223.189	7.537.892
Juros sobre capital próprio	127	89
Variações Cambiais	1.539.477	1.394.463
Custas cartório	945	87
Outras	6.548	-
Total das Receitas Financeiras	5.227.057	9.792.970

Despesas Financeiras	2024	2023
Juros Passivos	(1.356.603)	(212.205)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(21.449.343)	(30.738.695)
Juros Próprio	-	(434.677)
Juros e Multas de Mora Pagos	(2.166.925)	(3.872.328)
Variações Cambiais passivas	(3.216.799)	(947.810)
Descontos Concedidos	(3.415.931)	(1.663.299)
Taxas sobre financiamentos	(13.248)	(58.698)
Tarifas Bancárias	(626.444)	(518.813)
Total das Despesas Financeiras	(32.245.293)	(38.446.525)

Resultado Financeiro Líquido	(27.018.236)	(28.653.555)
-------------------------------------	---------------------	---------------------

NOTA 22 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

	2024	2023
Passivo		
IRPJ (Nota 15)	471.107	856.366
CSLL (Nota 15)	12.380	318.086
Total Passivo Circulante	483.487	1.174.452
IRPJ sobre diferenças temporárias	18.348.021	18.027.797
CSLL sobre diferenças temporárias	6.605.287	6.490.007
Total Passivo Não Circulante	24.953.308	24.517.804
Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	2024	2023
IRPJ Corrente	(3.204.382)	(8.718.310)
CSLL Corrente	(1.153.578)	(3.138.591)
IRPJ Diferido	(320.224)	4.760.340
CSLL Diferido	(115.280)	1.713.722
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(4.793.464)	(5.382.839)

22.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% (15% mais adicional de 10%) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Tributos Diferidos Passivos

Diferenças Temporária

Movimentação de Tributos Diferidos	Propriedades para Investimentos no Resultado	Propriedades para Investimentos no Patrimônio Líquido	Ativo Imobilizado no Patrimônio Líquido	Imobilizado Vida Útil	ICMS na base do Pis e Cofins	Total
Em 31 de dezembro de 2022	8.742.279	1.762.900	6.072.477	7.472.056	7.986.793	32.036.505
Baixa dos Tributos (Resultado)			(120.493)	588.585	(7.986.793)	(7.518.701)
Em 31 de dezembro de 2023	8.742.279	1.762.900	5.951.984	8.060.641	-	24.517.804
Baixa dos Tributos (Resultado)			(78.820)	514.324		435.504
Em 31 de dezembro de 2024	8.742.279	1.762.900	5.873.164	8.574.965	-	24.953.308

NOTA 23 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. A concessão destes benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

NOTA 24 – PARTES RELACIONADAS

Remuneração do Pessoal Chave da Administração: Conforme estabelecido e aprovado nas atas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Benefícios de curto Prazo	2024	2023
Remuneração de Diretores	135.000	420.000
Encargos Sociais dos Diretores	31.782	103.820
	166.782	522.710

NOTA 25 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia contratou seguros para a proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes cobertos são considerados suficientes pela administração para a cobertura dos riscos envolvidos.